



UMA DÉCADA DE ATUAÇÃO DA REVISTA EDUCAÇÃO, ARTES E INCLUSÃO

Encerrando o primeiro ano de publicação trimestral e os dez anos de publicação ininterrupta da Revista Educação, Artes e Inclusão, apresentamos aos leitores o volume 14, número 4, de 2018. Tivemos nesse ano a ampliação para quatro edições pela necessidade da revista em atender todos e todas que nela querem vincular suas pesquisas. Número que com nossa alegria tem aumentado significativamente. Agradecemos a todos e a todas que contribuíram nessa década que passou com a revista, em especial a equipe editorial, o conselho internacional e autores e autoras que fizeram possível essa edição. No quarto número de 2018 tivemos dez artigos aprovados, um relato de experiência e uma entrevista.

O **primeiro artigo** deste número, intitulado “As pessoas com deficiência e sua inserção no mundo educacional escolar: uma revisão bibliográfica” de David de Abreu Alves, traz ao leitor uma importante investigação sobre os processos pelos quais as pessoas com deficiência, em sua luta por cidadania e igualdade de direitos vem conquistando, pela educação, uma maior inserção na sociedade e assim, superando mistificações que foram criadas ao longo da história.

Silas Mouro Repolho, Crislaidy Oliveira Pereira e Raquel Muniz dos Santos Palheta apresentam, no **segundo artigo**, uma reflexão sobre o conjunto de anseios e angústias do professor de pessoas com deficiência. O texto “A formação do professor frente a Educação Inclusiva de pessoas com deficiência” aponta a necessidade da realização de políticas públicas para a formação continuada desse profissional.

O artigo seguinte, o **terceiro** dessa publicação, nos leva ao debate da deficiência visual nos anos iniciais do Ensino Fundamental. “Espaço vivido e



Aprendizagem significativa: o educando com deficiência visual nos anos iniciais do Ensino Fundamental” de Larissa Oliveira Mesquita Ribeiro e Willame de Oliveira Ribeiro, parte dos pressupostos da aprendizagem significativa para então considerar as categorias de espaço vivido, práticas docentes e educandos com deficiência visual para apontar a importância de conhecer as particularidades e conhecimentos prévios mediante o uso do espaço vivido como ferramenta de compreensão dessas questões.

Em “Educação Musical e Inclusão: um estudo sobre as práticas de professores de música no Ensino Fundamental” de Crislany Viana da Silva e Cristina Maria Galdino de Almeida, apresentam resultados de uma pesquisa qualitativa realizada na rede municipal de Olinda-PE. Essa pesquisa buscou compreender como está sendo constituída a prática dos professores de música com os estudantes. A partir de entrevistas semiestruturadas, análises documentais e observações as autoras chegam a conclusão sobre a precarização da educação pública, objeto desse estudo, bem como a falta de apoio pedagógico e limitações nos processos formativos, sejam eles iniciais ou continuados. Apesar disso, as autoras percebem na pesquisa que há a criação de diversas estratégias de ensino que buscam superar essas dificuldades que envolvem criação de recursos pedagógicos, a procura de auxílio com outros profissionais e realização de avaliações diferenciadas com os estudantes, pretendendo realizar uma educação musical para a autonomia.

O **quinto artigo**, cujo título é “O Planejamento Educacional Individualizado (PEI) como estratégia para favorecer a elaboração conceitual em alunos com deficiência intelectual: o caso Júlio” de Tamara França de Almeida Magalhães, Roberta Pires Corrêa e Érica Costa Vliese Zichtl Campos nos apresenta uma pesquisa que parte do necessário acompanhamento das implementações das políticas públicas. No texto, as autoras partem dessa necessidade, que se expressa de forma específica no acompanhamento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva



e dispositivos reguladores que buscam contribuir na escolarização dos estudantes com deficiência. Investigam o processo de elaboração conceitual de estudantes com deficiência intelectual, a partir do planejamento educacional individualizado em uma escola pública de um município do estado do Rio de Janeiro. Este estudo de caso aponta necessárias mudanças na maneira que ensinam e se relacionam a classe comum e o atendimento educacional especializado.

O **sexto artigo** dessa publicação apresenta ao leitor o texto de Ricardo Carvalho de Figueiredo que se origina de uma autuação por crime ambiental que o autor sofreu. Discordando da decisão e afirmando o não cometimento da referida infração, o autor propõe o pagamento da multa em serviço. O professor de Teatro da Universidade Federal de Minas Gerais, no texto “Teatro e Inclusão Social na periferia de Brumadinho/MG: aproximação com futuros usuários da praça do centro de artes e esportes unificados” relata o projeto criado, a partir da citada autuação, para capacitar agentes culturais com oficinas de contação de histórias, que se desdobrou em um projeto de extensão.

Amanda Midori da Costa Suzuki no **sétimo artigo** “Acessibilidade e Mediação Cultural: uma reflexão e aproximação entre concepções” realiza uma pesquisa teórica sobre os conceitos de mediação cultural e acessibilidade. Tendo a legislação e publicações como base da pesquisa, analisa os conceitos de maneira individualizada e em suas relações recíprocas. Apontam a necessidade de esses conceitos irem além dos setores educativos das instituições culturais, para atuar de maneira ampla quanto a inclusão tanto das individualidades quanto da coletividade.

De uma experiência na cidade de Guará, em uma escola municipal, Glenda Maíra Silva Melo, problematiza no **oitavo artigo** “O emprego de



suportes historicamente rejeitados pela tradição artística no ensino de Artes Visuais”. Partindo da Arte Povera, a autora reflete sobre os resultados da utilização de suportes não convencionais para superar a separação entre arte e proletariado. Na precarização das condições de ensino a autora retira a possibilidade histórica da diversificação de técnicas e materiais para desenvolver as experiências artísticas dos estudantes.

O artigo seguinte problematiza uma dimensão da forma de ingresso nas universidades federais, o teste de habilidade específica. Em “Qual é o perfil de quem pode entrar? Uma análise dos testes de habilidades específicas de cursos de Licenciatura em Música de Universidades Federais”, Renan Santiago de Sousa e Eduardo Monteiro Gonzaga do Monti, analisam como podem funcionar esses testes para a reprodução de uma concepção elitista nas universidades. Os autores ao realizar uma pesquisa documental apontam que há uma predominância de aspectos da teoria musical europeia, bem como há um maior número de músicas eruditas, no repertório das habilidades práticas, ainda que seja evidente a forte presença de músicas populares. Essas opções orientam o perfil do estudante que entrará na universidade, deixando de fora perfis diferentes que estão fora do marco escolhido por cada curso.

O **décimo** e último artigo, problematiza o androcentrismo em dois livros do Programa Nacional do Livro Didático 2015. Doacir Domingos Filho e Margarida Gandara Ruen em “A inclusão de artistas mulheres no ensino de arte surrealista” propõem uma prática para o ensino médio que não reproduza a invisibilidade feminina no ensino da arte. Usando o movimento surrealista e a abordagem triangular de Ana Mae Barbosa, colocam a disposição dos professores um modelo que objetiva não reproduzir na escola a história da arte como uma história androcêntrica.

O **relato de experiência** dessa edição é de Marcela Bautista Nuñez. O texto “Movimentos de resistência entre Gênero, Arte contemporânea e



Educação” parte do debate de gênero realizado por Judith Butler e relaciona-o com experiências em sala de aula e no dia-a-dia fora dela, para então realizar uma cartografia de ações educativas que possibilita uma relação complexa de possíveis ações educativas.

Na última seção da revista trazemos ao leitor e a leitora uma **entrevista** com Gabriela Aidar, coordenadora dos Programas Educativos do Núcleo de Ação Educativa da Pinacoteca do Estado de São Paulo, cuja temática perpassou os “Programas Educativos Inclusivos e Educação Museal”.

Encerramos aqui não só o ano de 2018, mas o ciclo de uma década de publicações ininterruptas da revista. Deixamos mais uma vez nossos agradecimentos aos que contribuíram com essa história. Com os desejos de um ótimo ano novo, esperamos que esse número contribua com todas e todos que atuam nas áreas abrangidas, de maneira a ampliar o acesso e a permanência do conjunto da população à educação. Que os novos desafios nos permitam uma produção de conhecimento, uma prática pedagógica e uma produção artística que amplie, de maneira radical, a democratização da educação, da arte e da inclusão.

Equipe Editorial
Revista Educação, Artes e Inclusão